



Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
XIX Curso de Especialização em Relações Internacionais

A importância da contrainteligência: o Brasil no cenário internacional e as ações de espionagem

Alexandre de Melo Ferreira

Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Relações Internacionais.

Orientador: Professor Doutor Pio Penna

Brasília, DF

2017

RESUMO

Dentro do contexto das Relações Internacionais (RI), as relações de poder tendem a influenciar a política externa de diversos países. Nesse cenário, os principais aspectos observados na Política Externa Brasileira (PEB), adotados pela diplomacia do Barão do Rio Branco e pelos Presidentes da República, que nortearam a inserção internacional do Brasil no cenário internacional, foram a busca pela autonomia e desenvolvimento, fortalecendo seus elementos do poder nacional, utilizando uma estratégia de diálogos e relacionamentos no Sistema Internacional (SI), em um processo dialético de “mudanças com continuidade”, seja de alinhamento, autonomia ou universalismo.

Nesse contexto das RI, no qual os Estados buscam ganho de poder, verificam-se não só ações de cooperação, mas também de disputas, que, a fim de obterem vantagens, voltados, principalmente, para interesses econômicos e militares, valem-se da espionagem para obter conhecimentos ou informações, a fim de beneficiarem não só a si, mas também a outros Estados, grupos de países, organização, facções, grupos de interesse, empresas ou indivíduos, de forma que as ações de espionagem representarão uma ameaça que poderá afetar o desenvolvimento socioeconômico e comprometer a soberania nacional de determinado Estado.

Nesse contexto, este artigo aborda a PEB como norteadora para a inserção do Brasil no cenário internacional, a existência da espionagem internacional como ameaça a soberania e a importância da contrainteligência como uma ferramenta para proteger seus interesses e conhecimentos estratégicos.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil – Política Externa Brasileira – Espionagem - Contrainteligência

ABSTRACT

Within the context of International Relations (IR), power relations tend to influence foreign policy in various countries. In this scenario, the main aspects observed in the Brazilian Foreign Policy (BFP), adopted by Barão do Rio Branco diplomacy and by the Presidents of the Republic, which guided Brazil's international insertion in the international scenario, was the search for autonomy and development, strengthening its elements of national power, using a strategy of dialogues and relationships in the International System (IS), in a dialectical process of "changes with continuity", whether of alignment, autonomy or universalism.

In this context of the IR, in which the states seek to gain power, there are not only cooperative actions, but also disputes, which, in order to obtain advantages, focused mainly on economic and military interests, rely on the information, in order to benefit not only you but also other States, groups of countries, organizations, factions, interest groups, companies or individuals, so that espionage acts will affect socio-economic development and compromise the national sovereignty of a given State.

In this context, this article approaches BFP as a guideline for the insertion of Brazil in the international scenario, the existence of international espionage as a threat to sovereignty and the importance of counterintelligence as a tool to protect its strategic interests and knowledge.

KEY WORDS: Brazil - Brazilian Foreign Policy - Espionage - Counterintelligence

INTRODUÇÃO

O Brasil, ao longo de sua história recente, por meio de sua política externa, buscou a inserção no cenário internacional por meio do fortalecimento de seus elementos de poder nacional e do aumento de sua capacidade de influência, tendo passado, no entanto, por “mudanças com continuidades”, sofrendo, em certos momentos, reformulações que acabaram por alterar a sua estratégia de diálogo e relacionamento com o Sistema Internacional (SI).

Numa perspectiva histórica, as buscas pela autonomia e pelo desenvolvimento do Brasil estiveram alicerçadas nas diretrizes diplomáticas nacionais, num processo de desenvolvimento lento e gradual da sistemática comportamental dessa diplomacia, por meio de um processo de alinhamento, autonomia ou universalismo, entre outros, na Política Externa Brasileira (PEB).

Desde o início das relações entre os Estados, como na Europa, os tratados de diplomacia ensinavam aos funcionários do corpo diplomático a procurar todas as informações possíveis sobre o País onde trabalhavam, uma vez que as Relações Internacionais (RI) não se resumem a temas de convergência e ações cooperativas, caracterizam-se, também, pela competição entre os Estados, na busca de um melhor posicionamento e ganho de poder, no qual muitos se valem das ações de espionagem que poderão representar uma ameaça, podendo, dessa forma, afetar o desenvolvimento socioeconômico e comprometer a soberania nacional de determinado Estado.

Desta forma, a PEB, pelo que esta se propõe e pela sua importância para Nação, por meio das informações tratadas (planejamentos, investimentos, tecnologias, comércio exterior, etc), voltadas para o desenvolvimento e a autonomia da Nação, muito provavelmente, estará sujeita a ameaças, como a espionagem, por meio da inteligência adversa.

Nesse contexto, a importância da Contraineligência (CI), como forma de proteção, poderá se mostrar essencial, uma vez que se propõe a prevenir, detectar, obstruir, e neutralizar a inteligência adversa e ações de qualquer natureza que constituam ameaça à salvaguarda de dados, informações e conhecimentos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, bem como das áreas e dos meios que os retenham ou em que transitem.

Diretamente ligado ao desenvolvimento está a informação, componente indispensável em todas as atividades humanas, principalmente no processo produtivo o qual, associado ao desenvolvimento do comércio e a consequente competição pelo mercado, necessita de

proteção. Dessa forma, este artigo tem como objetivo principal analisar a importância da CI para a inserção do Brasil no cenário internacional, tendo em vista a atividade de espionagem internacional.

Na primeira parte será abordado o poder, em sua contextualização nas RI, sob o ponto de vista do realismo e identificado quais são os elementos que constituem o poder nacional.

Na segunda parte analisam-se os principais aspectos observados na PEB, adotados pela diplomacia do Barão do Rio Branco e pelo Presidente da República (PR), em alguns governos, que nortearam a inserção internacional do Brasil no cenário internacional e de que forma a CI, por meio da Atividade de Inteligência, se fez presente.

Na terceira parte analisam-se as ações de espionagem como instrumento de poder no cenário internacional, representando uma ameaça, podendo, dessa forma, afetar o desenvolvimento socioeconômico e comprometer a soberania nacional de determinado Estado.

Na quarta parte, analisa-se a importância da CI na proteção do conhecimento, uma vez que se propõe a prevenir, detectar, obstruir, e neutralizar a inteligência adversa e ações de qualquer natureza que constituam ameaça à salvaguarda de dados, informações e conhecimentos de interesse da segurança da sociedade e do Estado.

Por fim, por meio das partes apresentadas, far-se-á uma conclusão mostrando, pelo conteúdo abordado, a importância da CI para o Brasil e a necessidade de uma maior conscientização por parte da população brasileira e, principalmente, dos decisores.

1. O Poder Nacional sob o ponto de vista do Realismo

O entendimento de poder, em sua contextualização nas RI pode ser amplo e complexo. No entanto, o poder se configura como, segundo análise de Joseph Nye (2008), “a capacidade de afetar os resultados que você quer, e se necessário, mudar o comportamento dos outros para fazer isso acontecer”. Dessa forma, poder pode ser entendido como o conjunto de elementos variados de que dispõe o Estado, como população, território, estabilidade política e econômica, para se posicionar de forma preponderante no cenário internacional.

O Estado se constitui em população, território, governo e capacidade de se relacionar e como poder nacional, “[...] se apresenta como uma conjugação, interdependente de vontades e meios, voltada para o alcance de uma finalidade. À vontade, por ser um elemento imprescindível na sua manifestação, torna-o um fenômeno essencialmente humano,

característico de um indivíduo ou de um grupamento de indivíduos” (Manual Básico da Escola Superior de Guerra, 2014, p. 32).

Segundo Morgenthau (2003: cap.9), os elementos do poder nacional são diferenciados em dois grupos de elementos. O primeiro refere-se aos elementos relativamente estáveis, sendo eles:

Geografia: o mais estável dos fatores de que depende o poder de uma nação. As políticas externas de todos os países têm de levar em conta, por mais distintas que possam ser hoje as decorrências sobre as decisões políticas, comparadas com situações em outros períodos da história, podendo permitir vantagens a uma nação.

Recursos Naturais: a existência de extensas áreas com solos férteis e cultiváveis, aliado a capacidade de possuir tecnologias que possam ser empregadas nessas vastas áreas para a produção de alimentos e, ainda, de possuir matérias-primas essenciais, representa um diferencial de poder, aumentam sua “vantagem inicial sobre qualquer outro que, para não se exaurir de inanição, tenha de importar os alimentos que não produz, embora mal tenha condições materiais para adquiri-los”. (MORGENTHAU, 2003, p.220).

Tão importante quanto os alimentos, são as matérias-primas que possui e que servirão para a produção industrial, como, principalmente, carvão, ferro, cobre, zinco, manganês, enxofre, níquel, urânio e petróleo que servirão de materiais para subsidiar o campo tecnológico. Especial atenção cabe ao urânio no que tange a energia nuclear e ao petróleo que, como fonte de energia, é utilizado praticamente no mundo inteiro, permitindo a “os países que detêm grandes depósitos do produto conseguirem obter uma influência em política internacional que, em certos casos, pode ser atribuída primordialmente, se não exclusivamente, a essa posse”. (MORGENTHAU, 2003, p.225).

Capacidade Industrial: a presença de uma estrutura industrial fará a diferença, como elemento de poder nacional, caso essa seja capaz de transformas suas matérias-primas nos mais variados produtos industrializados.

Grau de preparação militar: possui relação direta com o poder nacional, uma vez que segundo Morgenthau (2003, p.237) “o que confere importância verdadeira aos fatores da geografia, recursos naturais e capacidade industrial, para fins de determinar o poder de uma nação, é o grau de sua preparação militar”. E, ainda, a política externa deve ser capaz de implementar essa preparação que, dentre os fatores mais significativos se encontram,

conforme Morgenthau (2003, p.237) [...] “as inovações tecnológicas, liderança e quantidade e qualidade de suas forças armadas”.

Tecnologia: o avanço tecnológico se mostrou essencial nas relações de poder, conferindo vantagens sobre seus oponentes, como ocorrido no século XX, dos quais se destacam, por exemplo, o submarino, o tanque, a coordenação estratégica e tática no emprego do avião e as armas nucleares e suas plataformas de lançamento.

Liderança: pessoas destacadas por sua genialidade, capazes de realizar inovações estratégicas, táticas e técnicas, contribuíram de forma decisiva na determinação do poder nacional, pois [...] “a qualidade da liderança militar sempre exerceu uma influência decisiva sobre a determinação do poder nacional”. (MORGENTHAU, 2003, p.241).

Quantidade e qualidade das forças armadas: a estruturação das forças armadas, por meio de suas capacitações, seja em recursos humanos, seja em recursos bélicos, influenciarão nas capacidades e possibilidades de determinado Estado.

“O poder de uma nação em termos militares depende também da quantidade de homens e armas disponíveis e de sua distribuição entre os vários ramos do estabelecimento militar. Uma nação pode possuir um bom comando das inovações tecnológicas na arte da guerra; seus líderes militares podem ser excelentes nas estratégias e nas táticas mais apropriadas às novas modalidades de guerra e, apesar disso, essa mesma nação pode achar-se em uma situação débil, do ponto de vista militar e, como consequência, também político, se ela não possuir uma capacidade militar estruturada que, na sua força total e no vigor de suas partes componentes, não seja nem demasiadamente reduzida, tendo-se em vista as tarefas que ela pode ser chamada a cumprir”. (MORGENTHAU, 2003, p.242).

O segundo grupo são os que estão sujeitos a mudanças constantes, sendo eles:

População: com escopo nos fatores puramente humanos, distinguindo-se de forma quantitativa e qualitativa. No que se refere ao primeiro, o poder de uma nação não está representado diretamente pelo tamanho de sua população. No entanto, é um fator que deve ser considerado. Com relação ao segundo, qualidade, a índole e a moral nacionais atuam de forma decisiva sobre o poder nacional, pois [...] “se destacam ambas por seu caráter fugidio, no que diz respeito à prognose racional, e por sua influência permanente e muitas vezes decisiva sobre o peso que uma nação é capaz de jogar na balança da política internacional”. (MORGENTHAU, 2003, p.251).

No entanto, ressalta-se que a índole nacional, como fator intangível, pode ser de difícil avaliação, o que dificultaria a verificação da força relativa de determinada Nação, podendo levar a erros de julgamento e políticas, pois se entende que todos aqueles que, na

guerra e na paz, agem em nome da nação, formulam, executam e apoiam as suas políticas. No que tange a moral nacional, também como fator intangível, esta traz seu impacto sobre o poder nacional, uma vez que constitui o grau de determinação com que uma Nação apoia as políticas externas de seu governo na guerra ou na paz. Ela permearia atividades importantes de uma nação, como sua produção agrícola e industrial, seu corpo militar e o serviço diplomático.

A moral nacional está diretamente associada à qualidade de governo, podendo este ser o único fator tangível, por meio, por exemplo, do apoio popular. Atenção especial deverá ser dada a opinião pública, como meio de aferição da moral, pois nem sempre poderá ser confiável, haja vista as alternâncias e interesses no poder. Já a diplomacia, como elemento formador do poder de uma nação é [...] “o mais importante, embora de natureza instável, é a qualidade da diplomacia” (MORGENTHAU, 2003, p.273).

Após contextualizar o poder nacional sob o ponto de vista do realismo, serão delineados os principais aspectos observados da PEB, que nortearam a inserção do Brasil no cenário internacional, numa perspectiva de longo prazo e, dessa forma, compreender a busca por sua autonomia e de que forma a CI se fez presente.

2. A Política Externa do Brasil, a busca por autonomia e a contrainteligência

A inserção do Brasil no cenário internacional, em certos momentos, sofreu reformulações que acabaram por alterar a sua estratégia de diálogo e relacionamento com o SI, num processo dialético de “mudanças com continuidades”.

Segundo Lampreia (1995, p. 75-6), uma importante característica da PEB foi o fato dela apresentar um padrão de continuidade. De acordo com suas reflexões, a PEB conserva “um desenvolvimento gradual e também uma estabilidade”.

Observando visões semelhantes, Cervo (1994, p.26) afirma que: “O grau de previsibilidade da política exterior do Brasil é dos mais elevados em termos comparativos. Através do tempo, constitui-se um conjunto de valores e princípios de conduta externa que perpassou as inflexões e mudanças da política”. Nesse contexto, Silva (2002) observa que:

“A política externa brasileira tem preservado historicamente fortes características de continuidade. A alternância de pessoas e partidos no governo, mesmo quando derivadas de momentos traumáticos, como revoluções ou golpes de estados, raramente alterou de modo significativo ou duradouro quer de seus princípios fundadores, persistentes ao longo de praticamente todo o século XX, quer seus dois objetivos principais, um de natureza econômica, outro político, que se mantêm iguais a pelo menos 50 anos seguidos”. (SILVA, 2002, p.295)

Dessa forma, por meio de uma perspectiva histórica, as buscas pela autonomia e pelo desenvolvimento estiveram alicerçadas nas diretrizes diplomáticas nacionais, num processo de desenvolvimento lento e gradual da sistemática comportamental dessa diplomacia, por meio de um processo de alinhamento, autonomia ou universalismo, entre outros, na PEB.

Com relação à importância acerca das ideias de autonomia, alinhamento e universalismo para a PEB do século XX, Vigevani (2003) relata que “A tradição e a retórica da política exterior brasileira é a da busca do universalismo e da autonomia. Essa busca tem sido reiterada, mesmo nas ocasiões de estreitamento das relações com os Estados Unidos”.

Pode-se dizer que na PEB, o universalismo está relacionado às características geográficas, étnicas e culturais do Estado. Representa a pluralidade de interesses da Nação e da sociedade brasileira, as afinidades históricas e políticas, a preocupação em variar as relações externas do país, ampliar e dilatar os canais de diálogo com o mundo.

Com relação à ideia de autonomia, entende-se que possui caráter essencial aos interesses de determinado Estado, sendo, dessa forma, compreensível que esteja presente na pauta da diplomacia brasileira, vindo, inclusive, a direcionar a ação do País. De acordo com Fonseca Jr. (1998, p. 361), “a busca por autonomia é um objetivo para qualquer diplomacia [...]. Mas as expressões do que é autonomia variam histórica e espacialmente, variam segundo interesses e posições de poder”.

Com relação ao alinhamento, não se poderia deixar de mencionar, entre outras, a relação do Brasil com os Estados Unidos da América (EUA), como parte integrante da PEB, principalmente no decorrer do século XX, que, apesar de haver, em determinados momentos, diferentes posicionamentos, alternando pragmatismo e automatismo, percebeu-se como paradigma de ação da diplomacia nacional o estreito relacionamento do Rio de Janeiro/Brasília com Washington, a partir da gestão do Barão do Rio Branco (1902 a 1912).

A influência do Barão do Rio Branco, por meio de sua autonomia de ação, veio a marcar a diplomacia brasileira e a condução, inclusive nos momentos atuais, da PEB, e mesmo as mudanças presidenciais, tendo sido Ministro das Relações Exteriores (MRE) nos governos de Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca, não afetaram a continuidade de sua política externa, podendo, dessa forma, ser considerado como peça chave na formulação de alguns conceitos que norteiam a política exterior brasileira por décadas e até hoje são percebidos (CERVO e BUENO, 1986, p.58).

No entanto, algumas tendências viriam a ser aprofundadas, em que pese importantes fatores como o próprio modelo econômico de desenvolvimento, algumas mudanças no plano internacional e na percepção das elites brasileiras acerca do interesse nacional, como a exportação do café, influenciando, dessa maneira, na abertura e ampliação dos mercados consumidores externos, como para os EUA que emergiram como potência mundial, passando a serem compradores do café brasileiro e terem o Brasil inserido em sua zona de influência. Dessa forma, percebe-se um alinhamento do interesse nacional diretamente associado à elite agroexportadora e, por conseguinte, na medida em que os EUA tendiam a grande mercado consumidor do café nacional, verificou-se, no âmbito da PEB, o que Cervo (1994) chamou de “diplomacia da agroexportação” no qual estaria impulsionando uma “relação diferenciada” com Washington e, por sua vez, influenciando a estratégia de inserção internacional do Brasil.

Esse possível alinhamento do Brasil com os EUA era defendido pelo Barão do Rio Branco que buscava justificar a importância de estar ao lado dos EUA para a defesa da soberania brasileira, influenciando, dessa maneira, na mudança do foco diplomático de Londres para Washington e com essa mudança a aquisição de alguns conceitos como autonomia e universalismo, além de ter como característica de sua política externa, vertentes voltadas para o realismo e o pragmatismo.

O período pós Barão do Rio Branco perde um pouco do seu caráter pragmático/realista e assume uma postura mais amena, cordial, porém, ainda com um alinhamento aos EUA. Cervo e Bueno (2002, p.334) destacam que, entre os anos de 1912 e 1930, o Brasil “não teve um projeto de política externa claramente formulado”.

Dentro do contexto acima, não se verificou a atuação de nenhum órgão voltado para a Segurança Nacional, que ressaltasse as possíveis ameaças à inserção no SI e, dessa forma, um melhor assessoramento à elaboração de uma PEB.

No governo de Getúlio Vargas, quando chega ao poder, percebe-se uma revisão de algumas ideias preponderantes da PEB, em observação ao contexto, tanto nacional, quanto internacional, estando a década de 1930 centrada no que Ricupero (1996, p.332) denomina de “elemento utilitário ou pragmático, que busca maximizar o poder de barganha do país por meio da exploração das opções em competição”. Percebe-se uma ampliação do conceito de interesse nacional que tende a mudar, de uma pauta anteriormente nos das elites

agroexportadora, para interesse econômico nacional, integrando outros setores de atividades, como a indústria, os bens de capital e o setor energético (CERVO e BUENO, 2002, p.231).

A partir de 1935, há a percepção da necessidade de um parque industrial nacional para a integração do país, para seu desenvolvimento, independência, autonomia, superação da miséria e para o prestígio internacional. Era preciso diversificar a produção nacional, angariar novos mercados, de forma a permitir que o Brasil superasse a dependência do café, buscando-se, por meio do nacionalismo de Vargas, uma postura de maior autonomia e pragmatismo nas RI do Brasil, inclusive no trato com os EUA.

Nesse sentido, a PEB ganha relevância, na medida em que adota uma política de aproximação, de forma pragmática, autônoma e pendular, com as duas potências emergentes, EUA e Alemanha, como verificado, por exemplo, por meio da assinatura do Tratado de Comércio e Reciprocidade com o primeiro, em 1934, e por meio do Acordo de Compensações com o segundo, que se tornou não só um importante fornecedor de manufaturados, mas também cliente de produtos primários, como o café, o algodão, o arroz e o couro, nos idos de 1934 a 1938, buscando, dessa maneira, fomentar o desenvolvimento nacional, aproveitando-se da disputa econômica e comercial entre esses dois países. No entanto, com a eclosão da 2ª Guerra Mundial, as condições que norteavam a estratégia brasileira se veem alteradas, havendo a perda do imenso mercado alemão e, por conseguinte, uma acentuação na dependência aos EUA que, apesar dessa situação e considerando a ação pragmática do Governo Vargas no âmbito das RI, Brasil e EUA finalizaram um acordo de financiamento que permitiu a construção da Siderúrgica de Volta Redonda.

Com o fim da 2ª Guerra Mundial o Brasil mantém um alinhamento com os EUA que possuía uma hegemonia, sob o ponto de vista político, econômico e cultural sobre a América Latina em geral, fato este que vai reorientar o conceito de alinhamento, autonomia e, principalmente o de universalismo, uma vez que a própria Guerra Fria que vinha ganhando força se apresenta como um limitador parcial da expansão das relações externas do Brasil, aliado ao fato de a Europa ter saído em ruínas. Nesse contexto, entendendo ser a segurança um estado e a defesa um ato dirigido a determinado tipo de ameaça, Getúlio Vargas amplia o recém criado Conselho de Defesa Nacional (CDN), composto pela Comissão de Estudos da Defesa Nacional, Secretaria Geral da Defesa Nacional (informações) e Seções de Defesa

Nacional (uma em cada ministério), vindo mais tarde a se chamar Conselho de Segurança Nacional (CSN).

No governo de Eurico Gaspar Dutra, a partir de 1946, verifica-se um estreitamento do espaço de manobra internacional, reforçando o consenso em torno do americanismo, percebido tanto por meio de políticas implementadas nos princípios liberais de *Bretton Woods* (VIANNA, 1992, p.105-122), como pelo posicionamento brasileiro fortemente pró-EUA, na IX Conferência Interamericana, ocorrida em Bogotá, quando foi criada a Organização dos Estados Americanos (OEA). Preocupado com a coordenação das atividades de informações de interesse da Segurança Nacional, em seu governo é criado o Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI).

Com o retorno de Vargas em 1951, verifica-se que a PEB foi utilizada como instrumento de desenvolvimento da indústria nacional, de forma que o apoio político-estratégico do Brasil a Washington fosse colocado como termo de barganha, a fim de que se obtivesse cooperação econômica e auxílio ao desenvolvimento nacional. No governo de Café Filho percebe-se que “o projeto nacional de desenvolvimento é momentaneamente abandonado em nome de um liberalismo econômico extremado, enquanto a barganha nacionalista desaparece das palavras e atitudes do governo” (VIZENTINI, 1994, p.24-27).

A política externa no governo de Juscelino Kubitschek (JK), a partir de 1956, de forma geral, foi marcada por avanços e recuos, em meio a posições de independência e de alinhamento que, no contexto da América Latina visava fortalecer as posições e os interesses de desenvolvimento econômico do País. Nesse contexto, percebem-se visões distintas, tendo como característica da PEB para Cervo (1994):

[...] a busca de autonomia das decisões externas [...] Kubitschek não só deu continuidade àquela autonomia das decisões do nacionalismo de Vargas, como ampliou-lhe o ângulo, ao romper com o FMI em 1959, porque não suportou o monitoramento econômico que colidia com seu plano de desenvolvimento”. (CERVO, 1994, p.37).

Já para Moura (2002):

“O que emerge do período 1956-61 é a imagem de uma política externa matizada, complexa, cheia de ambiguidades, fragilidades, descompassos e contradições, mas que, por isso mesmo, já indicava uma necessidade e um desejo de mudança em relação ao modelo proposto pelos EUA desde 1945, e amplamente vigente nos anos do pós-guerra. Pode-se acompanhar a gestação de formulações e posições de independência em meio à reafirmação de posições de alinhamento. O “novo” e o “velho” na política exterior de JK aparecem não apenas em linhas paralelas, mas também em linhas cruzadas, justapostas e até misturadas, o que torna difícil uma caracterização unívoca do período”. (MOURA, 2002, p.40-41).

Outro contexto de relevância na política externa de JK foi a Operação Pan-Americana (OPA) que, segundo Moura (2002, p.51), estava alicerçada em três metas, sendo: “captar recursos em vasta escala para projetos de desenvolvimento econômico, colocar o Brasil numa posição de liderança e países latino-americanos e assegurar as boas relações com a superpotência americana, que deveria ser, em última análise, a fonte de recursos para esse ambicioso projeto”. Ao final da gestão de JK, pode-se dizer que, conforme expõem Cervo e Bueno (2002, p.306), “assentaram-se as bases da posterior Política Externa Independente (PEI) e balizou-se o início da história contemporânea da diplomacia brasileira”. Dessa forma, em meio à libertação de vários países africanos como Sudão, Marrocos, Gabão, Somália, Gana, Congo, Senegal, Nigéria, Argélia, entre outros, o Brasil buscou a diversificação nas RI, a fim de obter maior poder de barganha, inclusive com os EUA, buscando nesse contexto uma nova proposta de inserção internacional, além de defender o princípio da autodeterminação dos povos, não intervenção, a fidelidade às normas de solução pacífica de controvérsias, os quais se tornariam pilares do Itamaraty, tendo, também, sido criado em seu governo a Junta Coordenadora de Informações (JCI), destinada a planejar a colaboração a ser prestada pelos órgãos da administração federal, estadual e municipal ao SFICI.

Ao longo dos governos de Jânio Quadros e João Goulart, pode-se dizer que, em linhas gerais, houve uma postura de almejar maior autonomia no cenário internacional, por meio de uma PEI, rejeitando o alinhamento que havia se apresentado ao longo das últimas décadas, cujo cenário doméstico se mostra de forma conturbada, estando o motivo, conforme Cervo e Bueno (2002, p.309), associado ao fato de que a PEI estava sendo norteadas por uma gama de ideias do “nacionaldesenvolvimentismo-populista do período, sendo um processo e não um projeto concebido em detalhes”. Destaca-se, ainda, a influência da conjuntura internacional em meio a um processo de dissociação da Guerra Fria, abrindo espaço para uma concepção de “coexistência pacífica”.

No período militar, a partir de 1964, inicialmente por meio de Castelo Branco, percebe-se um novo direcionamento para alguns princípios, que nortearam a atuação internacional do Brasil, do período de 1961 a 1964, dentre os quais o nacionalismo, a base da industrialização brasileira, o ideário da OPA e a autonomia nacional, circunstanciados por um mundo bipolar e pela hegemonia dos EUA sobre a América Latina e, nesse contexto, cria-se o Serviço Nacional de Informações (SNI) que, dentre suas incumbências estavam assessorar o

PR na orientação e coordenação das atividades de informação e contrainformação afetas aos Ministérios, serviços estatais, autônomos e entidades paraestatais; proceder, no mais alto nível, a coleta, avaliação e integração das informações, em proveito das decisões do PR e dos estudos e recomendações do CSN e, ainda, promover, no âmbito governamental, a difusão adequada das informações e das estimativas decorrentes.

Após o governo de Castelo Branco, percebem-se pressões em torno de um novo meio de inserção nacional brasileiro crescer gradativamente. As presidências de Costa e Silva e Médici parecem processar essa alteração paradigmática, consolidada com o Pragmatismo Responsável, a partir de 1974, tendo no governo de Médici sido criado a Escola Nacional de Informações (SNI) e instituído o Plano Nacional de Informações (PlNacInfo) estabelecendo os Objetivos Nacionais de Informações (ONI) e caracterizando a implantação definitiva do Sistema Nacional de Informações (SISNI).

Já na conduta adotada por Geisel, Spektor (2004, p.196) aprofunda a interpretação pessoal do desenvolvimento pragmático responsável da PEB, destacando o caráter autonomista e universalista. Observa-se uma contrariedade a um alinhamento de forma geral, a busca da autonomia pela distância e o incremento do universalismo, pela PEB, para o projeto de desenvolvimento nacional, buscando parcerias tecnológicas com a Europa e o Japão e, com o terceiro mundo, conferindo importância à América Latina, principalmente à Argentina e às relações Sul-Sul, por meio da aproximação com a África, Oriente Médio e Ásia. No que tange ao SISNI, é editado o primeiro Manual de Informações, definindo o SNI e as formas de integração entre um conjunto de órgãos.

Com relação à política externa de João Batista Figueiredo, verifica-se uma continuidade e até mesmo aprofundamento das premissas básicas do Pragmatismo Responsável (MELLO, 2000, p.47-48); (GONÇALVES e MIYAMOTO, 1993); (BUENO, 1994, p.173), de forma que o não alinhamento e a “autonomia pela distância” permaneceram alicerçando a postura diplomática brasileira, o universalismo ganha ainda mais forças, com o abandono gradual de posturas ideológicas e o incremento das relações com a América Latina.

Já no governo de José Sarney, como resultado de transformações no quadro político – institucional e aliado à culminância do processo de transição dos governos militares para um civil, o SNI começaria a ser observado —resquício da ditadura— negativamente.

Com a chegada de Fernando Collor de Mello, percebe-se uma descontinuidade no paradigma de desenvolvimento nacional em prol de um modelo neoliberal voltado para a globalização, adaptando-se as necessidades internas e ao contexto de polaridades que marcavam o cenário internacional, buscando um novo meio de inserção internacional. De forma geral, Arbilla (2000, p.352) demonstra que “a principal tarefa da política externa seria a inserção competitiva do Brasil no núcleo dinâmico da economia mundial. Em segundo lugar, o governo objetivava atualizar as posições brasileiras frente aos novos temas globais”. Segundo Vaz (2002, p.86), a diplomacia tinha duplo objetivo: “instrumentalizar, no âmbito externo, o processo de reforma e abertura econômica e restaurar a credibilidade do país perante os seus interlocutores, principalmente, nos países desenvolvidos”. Nesse viés Collor extingue o SNI, desarticulando-o, como promessa de campanha e cria, em seu lugar, a Subsecretaria de Inteligência (SSI) subordinada a recém criada Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE).

Itamar Franco, a frente do Brasil, diferenciou-se de Collor de Mello, uma vez que pautou sua orientação de PEB por uma maior condução pelo Itamaraty, que focou especial atenção em temas de integração regional, de paradigma universalista, e adotou “um perfil internacional mais discreto, concentrando-se na política doméstica” (ARBILLA, 2000, p.359), além de iniciar uma tentativa de rearticulação de um SNI, transferindo a SSI da SAE para a Secretaria Geral da Presidência da República e, depois, para a Casa Militar da Presidência.

Já com Fernando Henrique Cardoso (FHC), a PEB promove “o aprofundamento e a implementação mais específica das suas principais diretrizes, mantendo a combinação entre a continuidade e mudança com relação ao paradigma universalista que foi estruturado no governo anterior” (MELLO, 2000, p.153). Durante seus dois governos à frente do Brasil, Cardoso buscou não só consolidar uma PEB voltada ao entorno geográfico, mas também estabelecer um multilateralismo, uma adesão aos regimes e as instituições internacionais e a rearticulação efetiva da Inteligência Nacional, de forma que em 07 de dezembro de 1999 o PR sancionou a Lei 9.883, criando a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e instituindo o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), os quais se mantiveram nos governos seguintes.

No governo de Luis Inácio Lula da Silva, verifica-se um diferencial no campo da PEB com ações diplomáticas mais voltadas para as parcerias com os Países do Sul, na busca de cooperações técnicas, políticas e comerciais com a Índia e África do Sul, além de uma aproximação com potências regionais como a Rússia e a China. Dentro de suas diretrizes a

serem perseguidas, verificou-se questões sobre o combate à fome e à miséria nos foros multilaterais, almejando adquirir espaço para essa temática na agenda global das Nações Unidas, o reforço da autodeterminação e não intervenção, a solução pacífica de controvérsias, o juridicismo, e parcerias estratégicas, dando a diplomacia brasileira um novo tom nas negociações internacionais.

Além dessas, outras temáticas são buscadas, por meio da PEB, a fim de se obter a inserção internacional, como a integração regional, por meio do Mercosul, como o Meio Ambiente, por meio de programas nacionais de preservação da biodiversidade e seu aproveitamento racional, como o Desenvolvimento e Justiça Social, por meio da paz, da segurança e da democracia e como o Comércio Internacional em relação a ALCA, nos entendimentos entre o Mercosul e a União Europeia, de forma que o Brasil alcançou, diante desse cenário, status de potência emergente, tendo vivenciado uma fase de crescimento econômico, inclusão social e, ainda, redução da pobreza, que lhe permitiu receber respeito e reconhecimento internacional, ampliando sua projeção internacional, com um aumento de poder e autonomia. Estes, que acabaram sendo reduzidos nos governos seguintes, apesar de ainda serem objetivos da PEB.

Observa-se que o Brasil, de acordo com a visão realista de Morgenthau, não só possui elementos considerados essenciais para aumentar o seu poder nacional, como um extenso território e litoral sob sua jurisdição, com uma grande quantidade de recursos naturais, energéticos e com grande biodiversidade; a quinta maior população do mundo; o melhor lugar do planeta para lançamento de foguetes e satélites geoestacionários, em Maranhão, como também, buscou elementos, em alinhamento com a PEB, para fomentar o desenvolvimento e a autonomia, como o conhecimento de tecnologias, por meio da criação de um Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) que abrange o desenvolvimento de um conjunto de tecnologias (foguetes, satélites, antenas, radares); por meio da Embraer com o desenvolvimento de aeronaves de grande competitividade; por meio da Embrapa com desenvolvimento de tecnologias voltadas para a produção alimentar; com o domínio do ciclo de enriquecimento de urânio e com o fortalecimento das Forças Armadas (FA), buscando adquirir o submarino nuclear e sua tecnologia, em cooperação com a França e novas aeronaves de caça e de transporte, como o Gripen-NG de 5ª geração e o KC-390 de transporte e reabastecimento.

Logo, nesse contexto, infere-se ser a CI um importante componente para a PEB e para a proteção dos conhecimentos sensíveis abordados por esta, voltados para o desenvolvimento e autonomia nacional, uma vez que uma das formas de obtenção do conhecimento seria por meio da espionagem.

3. A Espionagem como instrumento de poder no cenário internacional

"A França não tem amigos. Apenas interesses."

Charles de Gaulle

A utilização de espões por diversos povos e Nações, objetivando buscar conhecimentos sobre outros povos e Nações, seja sobre suas riquezas, seja sobre seu poder, tanto em termos de capacidades quanto de vulnerabilidades, não é recente, podendo ser verificada ao longo da história da humanidade. Em um mundo cercado por disputas, a necessidade de conhecer, inclusive por meio da espionagem, para se proteger e para vencer tornou-se um aspecto essencial para a sobrevivência e, também, ganho de poder. Nações antigas como os sumérios, egípcios, japoneses e chineses (em 300 A.C.), indianos (entre 1200-1500 A.C.), Império Persa, o Império de Alexandre, o Grande, Império Romano, entre outros, utilizaram espões, conforme relatados em detalhes por Gonçalves (2008), ressaltando que a espionagem não é uma ação a ser empregada somente em casos de conflitos, mas também em tempos de paz e sobre as expressões do poder.

Desde o início das relações entre os Estados, na Europa, os tratados de diplomacia ensinavam aos funcionários do corpo diplomático a procurar todas as informações possíveis sobre o País onde trabalhavam, uma vez que as RI não se resumem a temas de convergência e ações cooperativas, caracterizam-se, também, pela competição entre os Estados, na busca de um melhor posicionamento e ganho de poder, no qual muitos se valem da espionagem, que é considerada, na Política Nacional de Inteligência (PNI) do Brasil, como uma das principais ameaças e recebendo a conceituação de que:

“É a ação que visa à obtenção de conhecimento ou dados sensíveis para beneficiar Estados, grupos de países, organização, facções, grupos de interesse, empresas ou indivíduos. As ações de espionagem podem afetar o desenvolvimento socioeconômico e comprometer a soberania nacional. Há instituições e empresas brasileiras vulneráveis à espionagem, notadamente aquelas que atuam nas áreas econômico-financeira e científico-tecnológica”. (BRASIL, 2016, item 6.1).

Segundo Diogo (2013), na Europa, no século XVI, os países europeus já demonstravam preocupação com as ações de espionagem e de como se proteger dela, como

uma ameaça, principalmente a Inglaterra que teria dado especial atenção à espionagem e à CI, o que nos dias atuais se relacionaria, respectivamente, ao MI6 e MI5.

A espionagem, a partir do século XX, pode ser entendida como uma ação hostil, planejada e desencadeada por organizações especializadas, normalmente associada a serviços de Inteligência, ligados ou não a governos, de busca de informações (conhecimentos ou dados) que se encontram sob medida de proteção ou que a determinado Estado interesse preservar.

A espionagem é uma atividade que já ocorre há anos, de forma que, Diogo (2013) ressalta que:

“A princípio, a espionagem é um conjunto de ações organizadas e coordenadas para investigar, com escopo de obter informações de caráter secreto ou confidencial sobre países, governos, instituições ou organizações, mesmo privadas, sem suas autorizações, com a finalidade de, com tais informações, obter ‘vantagem’, vantagem estratégica, vantagem militar, econômica, política, mercadológica, em tecnologia, *know-how*, ou qualquer outra. Vantagem que não se obteria sem essas informações, nem mesmo informações que seriam fornecidas de bom grado e sem resistência. Daí os Espiões usarem de todos os estratagemas e subterfúgios para a obtenção ardisosa, de meios mais ocultos e nada legais”. (DIOGO, 2013, p.10).

Diogo (2013) expõe, ainda, que há diversas agências secretas, tanto para espionarem, como para se protegerem dada a existência e a importância desse tipo de ação para a obtenção de conhecimentos, sobre outros países, que estaria subsidiando seus governos, nos mais diversos assuntos, a fim de ganharem disputas das mais variadas, que, em última análise, se traduziriam em ganho de poder, de forma que:

[...] temos como principais agências secretas: a *Central Intelligence Agency* (CIA), criada no dia 18 de setembro de 1947; o *Komitet Gosudarstvennoy Bezopasnost* (KGB) que em 1991 se dividia em duas organizações distintas, o *Federal'naya Sluzhba Bezopasnnosti Rossiyskoy Federatssi* (Serviço de Segurança Federal da Federação Russa) ou FSB, e o *Sluzhba Vneshney Razvedki* (Serviço de Inteligência Externa da Federação Russa) ou SVR. O FSB herdou do KGB as funções de contrainteligência, segurança interna e segurança fronteiriça. Boris Ieltsin realizando transformações na estrutura cria a *Federalnaya Sluzhba Kontrnazvedki* (serviço de contrainteligência Federal) ou FSK que teria como missão proteger a nova federação Russa das ameaças dos serviços secretos dos restantes países. (DIOGO, 2013, p.98).

Dentro do contexto de disputa pelo poder, nas suas mais variadas dimensões, seja política, econômica e militar, entre outras, o desenvolvimento por parte de países emergentes se traduzia em uma preocupação para os países desenvolvidos, no cenário mundial, podendo ser vistos como uma ameaça.

Com relação à diplomacia, Duroselle (2000), estudando a evolução das formas diplomáticas nos Estados modernos e seus efeitos na política externa desses Estados, revela um fragmento escrito datado de 1561, e que se mostra ainda atual para dias de hoje, o qual

descreve o que de importante o corpo diplomático sediado nos Países estrangeiros deveria pesquisar, dentre os quais:

“[...] a natureza do País, seus limites, sua fertilidade ou esterilidade, a indústria, o comércio, sua inclinação para as armas ou para as artes, sua boa ou má disposição em relação ao seu príncipe. As forças terrestres ou marítimas, quais chefes comandam, naturais, estrangeiros, seu valor e reputação, as próprias forças de que o príncipe pode fazer uso em tempo de guerra ou por qual estrangeiro ele pode ser assistido, seja pelo interesse comum entre eles ou subvencionando-o. Qual sua disposição em relação aos países vizinhos ou outros e a destes em relação a ele. O fundamento e as ocasiões que uns e outros pode ser bem ou mal combinados, o rendimento e o gasto corrente deste príncipe; seu tesouro e quanto ele pode crescer por ano. Quais são os seus ministros e conselheiros, suas qualidades pessoais, sua união ou desunião, seus objetivos e interesses particulares, suas oportunidades e a falta delas, se eles são de uma probidade sólida e de uma fidelidade que nenhuma corrupção possa ocorrer, se o lugar que eles ocupam no governo foi alcançado por mérito ou por favor, que parte os grandes tem nos negócios e qual o apreço que o príncipe dispensa a eles. Finalmente, a honra e o gênio desse príncipe, sua capacidade, seus exercícios, inclinações, virtudes, vícios, tanto quanto o conhecimento de todas essas particularidades, pode proporcionar uma grande luz a todos os que com ele tiverem negociado”. (DUROSELLE, 2000, p. 122).

Percebe-se que, realmente, a espionagem estrangeira ocorre há bastante tempo, porém, atualmente, teria como alvos preferenciais a Política Externa (PE), segredos industriais (inovações e tecnologia) e militares e atividades comerciais, já tendo o Brasil, inclusive, sofrido esse tipo de ação. “O Brasil é alvo de espionagem, por sua capacidade industrial, suas riquezas naturais, seus conhecimentos científicos e tecnológicos, e sua economia, que o colocam em condições de disputar espaço e hegemonia no cenário internacional [...]” (ABIN, 2002, p.18).

Outra referência muito usual relacionada à espionagem, por meio da inteligência, é o da Inteligência Competitiva, cuja denominação está vinculada a um processo de negócio investigativo empregado inicialmente na Europa e nos EUA por ex-agentes da Inteligência desses países, na década de 80, de forma que empresas formadas por essas pessoas passaram a prestar serviços para grandes corporações americanas e europeias, interessadas em saber o que o concorrente estava planejando.

Nesse contexto, a iniciativa privada passou a valer-se desse tipo de ação, no entanto com a denominação de espionagem industrial, uma denominação eufêmica da inteligência competitiva, do público para o privado, considerando que as economias capitalistas ocidentais, decorrente da globalização, estavam orientadas para ampliar a competição econômica e financeira em âmbito global.

De forma similar as ações voltadas para o campo econômico, no campo militar também se buscaram vantagens, por meio da espionagem sobre outras Nações e sobre conhecimentos que, apesar de poderem ser variados, poderiam fazer a diferença, uma vez que a vitória em uma guerra depende da quantidade e da qualidade não só de estradas, ferrovias, caminhões, navios, aviões, tanques, mas também, entre outros, de equipamento e armas de todas as espécies e de mísseis teleguiados. Logo, a concorrência entre as nações em busca de poder transforma-se largamente em competição para a produção de programas de guerra cada vez maiores, melhores e em maior quantidade. A qualidade e a capacidade produtiva das plantas industriais, o *know how* do trabalhador, a perícia do engenheiro, o gênio inventivo do cientista e a organização gerencial são os fatores dos quais dependem a capacidade industrial de uma nação e conseqüentemente, o seu poder. (MORGENTHAL, 2003, p.234).

A espionagem pode ocorrer tanto por parte de estrangeiros como pelo recrutamento de nacionais (cooptação), os quais, normalmente espionam por sofrerem chantagem, pressões psicológicas, por questões ideológicas e, principalmente por dinheiro, como bem observa Cepik. “Concordância ideológica era um fator importante no recrutamento soviético de agentes em países da OTAN até depois da Segunda Guerra Mundial, mas a maioria dos agentes mais importantes para a União Soviética nas últimas décadas da Guerra Fria espionava por dinheiro” (CEPIK, 2003, p. 38).

Os estrangeiros, para que possam realizar as ações de espionagem ou “ação ilegal” em outros países, utilizam-se, dentre outras, de uma técnica conhecida como Estória Cobertura, de forma que se valem de determinadas profissões para obterem os dados, informações e conhecimentos, conforme apresentado por Cepik (2003):

“A vantagem do uso de oficiais ‘sem cobertura oficial’(NOCs, no jargão americano, ou ‘ilegais’, no jargão Russo) estão localizadas na maior flexibilidade e eficiência das operações. Montando estórias cobertura que podem relacionar-se a uma variedade de estratos sociais e profissionais (jornalistas, representantes comerciais, financistas, residentes estrangeiros de uma terceira nacionalidade, entomologistas, membros do clero, industriais, médicos, etc), os serviços de inteligência ampliam o leque de alvos possíveis para recrutamento de agentes e informantes e dificultam o trabalho de vigilância da contra-inteligência”. (CEPIK, 2003, p.39).

Percebe-se, dessa forma, a importância da informação, como conhecimento, traduzindo-se como poder, ideia essa que vai ao encontro do conceito de poder estrutural apresentado por Susan Strange (1998), sob quatro estruturas, porém relacionadas entre si e sob

a forma de controle, sendo sobre a segurança; sobre a produção; sobre o crédito e sobre o conhecimento, crenças e ideias.

Dentre as estruturas apresentadas, o conhecimento, quando relevante, torna-se alvo da espionagem, uma vez que esse conhecimento poderá ser decisivo ao processo decisório nos mais diferentes níveis (político, econômico, militar) e, por isso, algumas Nações se valem dessa ação “ilícita”, mas que, em muitas das vezes, está inserida dentro de uma atividade lícita, a Atividade de Inteligência, presente em grande parte das Nações. A associação da espionagem com a Atividade de Inteligência pode ser observada, conforme descrito por Gonçalves (2008):

“Outrora chamada simplesmente de “espionagem”, esse ofício é atualmente conhecido como “atividade de inteligência”, e tem em seu cerne a obtenção de dados negados para a produção de um conhecimento que assessoro o processo decisório nos mais diferentes níveis, de um oficial no campo de batalha ao chefe da nação mais poderosa, passando pelo empresário que precisa conhecer o cliente e a concorrência e pelo planejador de políticas públicas.” (GONÇALVES, J.B., 2008, p. 3).

Dessa forma, verifica-se que a espionagem, por meio da atividade de inteligência, já foi muito utilizada por diversas Nações e pode ser considerada como um instrumento de poder, utilizado no cenário internacional, e, nesse sentido, provavelmente, estaria ligada a PE, pois poderia fazer a diferença para o tomador de decisões de determinado Estado, uma vez que quanto mais bem informado e mais precisa forem as informações, mais eficaz será a execução de políticas objetivando a inserção e atuação internacional de um país (LIMA, 2012, p.137).

4. A importância da contrainteligência na proteção do conhecimento

Para que se possa entender o que representa a CI, se faz necessário conhecer como a Atividade de Inteligência é entendida. Dessa forma, segundo Cepik (2003), inteligência é “toda informação coletada, organizada ou analisada para atender as demandas de um tomador de decisões qualquer”, sendo Inteligência o mesmo que conhecimento ou informação analisada.

Por Gonçalves (2013), inteligência pode representar conhecimento, organização ou atividade e entendidos da seguinte forma: (i) Inteligência como produto ou conhecimento produzido: é o resultado de todo um processo a ser utilizado pelos tomadores de decisão, é a ferramenta de assessoramento; (ii) Inteligência como organização: são as estruturas responsáveis pela obtenção das informações no seu estado bruto e pela aplicação da

metodologia de produção de conhecimento da inteligência para transformá-la em peça de assessoramento; e, (iii) Inteligência como atividade ou processo: está relacionada aos meios utilizados (coleta ou busca) para reunir os dados, analisar e difundir, por meio de uma metodologia própria.

Para a legislação brasileira, inteligência:

“É a atividade que objetiva a obtenção, análise e disseminação de conhecimentos dentro e fora do território nacional sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a ação governamental e sobre a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado e como contrainteligência a atividade que objetiva neutralizar a inteligência adversa.” (BRASIL, 1999, p.1)

Já a Contrainteligência:

“É a atividade que objetiva prevenir, detectar, obstruir, e neutralizar a inteligência adversa e ações de qualquer natureza que constituam ameaça à salvaguarda de dados, informações e conhecimentos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, bem como das áreas e dos meios que os retenham ou em que transitem”. (BRASIL, 2009, p.1)

Por parte do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública – SISP:

“contrainteligência é a atividade que objetiva salvaguardar dados e conhecimentos sigilosos e identificar e neutralizar ações adversas de qualquer natureza que constituam ameaça à salvaguarda de dados, informações e conhecimentos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, bem como das áreas e dos meios que os retenham ou em que transitem”. (BRASIL, 2009, p. 3).

Verifica-se que, no contexto apresentado, enquanto a inteligência como atividade ou processo, de forma geral, se preocupa em obter o conhecimento, a CI se preocupa em protegê-lo. Dentro dessa busca por informações, se encontra o emprego da espionagem, inserida dentro da Atividade de Inteligência, que estando diretamente associada a fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a ação governamental do Estado, está associada, também, ao processo decisório no mais alto nível.

Desta forma, a PEB, pelo que esta se propõe e pela sua importância para Nação, por meio das informações tratadas (planejamentos, investimentos, tecnologias, comércio exterior, etc), voltadas para o desenvolvimento e a autonomia da Nação, muito provavelmente, estará sujeita a ameaças, como a espionagem, por meio da inteligência adversa. Portanto, necessitará da utilização da CI, como forma de proteção, pois conforme visão de Deutsch (1978, p.117) “a política externa de cada país diz respeito em primeiro lugar, à preservação de sua independência e segurança e, em segundo lugar, à promoção e proteção de seus interesses econômicos (particularmente aqueles de seus grupos mais influentes)”.

A espionagem poderá ser empregada de várias formas, sendo as formas mais comuns para a obtenção das informações, descritas por Cepik (2003), a HUMINT (*Human Intelligence*), a partir de fontes humanas, que possui como atores principais o oficial de inteligência – funcionário de carreira de agência de inteligência –, e o agente de campo – que opera sob disfarce com propósito de intenções –; a SIGINT (*Signals Intelligence*) – a partir de sinais –, que obtém informações por meio da interceptação e monitoração de emissões, no espectro eletromagnético, dos sinais de comunicações (rádios) e não comunicações (radares); a IMINT (*Imagery Intelligence*) – a partir de imagens –, que obtém informações a partir da produção e interpretação de equipamentos fotográficos e sensores em plataformas aéreas, terrestres ou espaciais; a MASINT (*Measurement And Signature Intelligence*) – a partir de, em sua grande maioria, emissões sísmicas e térmicas –, que obtém informações por meio da assinatura de sinais característicos de veículos, plataformas e sistemas de armas; e OSINT (*Open Source Intelligence*) – a partir de fontes abertas –, que obtém informações a partir de fontes públicas, imprensa e outras, as quais não possuem restrição quanto a sua segurança. Há também a CIBERINT (*Cybernetic Intelligence*) – a partir do espaço cibernético –, que obtém informações por meio do espaço virtual composto por dispositivos computacionais conectados em redes ou não, onde as informações transitam, são processadas ou armazenadas.

Dentre os países mais poderosos, destacam-se os EUA como potência econômica, militar e detentora da capacidade de obter informações por todas as formas acima apresentadas e, por isso mesmo, são extremamente preocupados em sofrer essas ações, pois sabem que outras Nações também detêm esses recursos e, caso sejam alvo, suas políticas poderiam ser afetadas, influenciando em suas posições no cenário internacional, principalmente com o avanço da tecnologia moderna que tornou possível a guerra total, que resultaria na destruição mundial (MORGENTHAU, 2003).

O meio empresarial ou o comercial também precisam se proteger da espionagem, adotando medidas de CI sobre suas informações, pois segundo Sêmola (2003), é inegável que todas as empresas, independente de seu *core business* ou segmento de mercado, necessitam de proteger suas informações operacionais, táticas e estratégicas; seja para manter sua produtividade, reduzir custo, aumentar sua fatia de mercado, conseguir otimização de processos, competitividade ou apoio à tomada de decisão.

No enfoque da Inteligência dita econômica, atividades de monitoramento do ambiente externo devem ocorrer paralelamente às atividades de proteção do conhecimento, a fim de manter vantagens competitivas adquiridas e de evitar que concorrentes obtenham informações relevantes. O acesso não autorizado a *know-how*, a processos de inovação, pesquisa e desenvolvimento, bem como a planos e estratégias podem comprometer a consecução de objetivos nacionais e resultar em prejuízos expressivos no campo socioeconômico. (BALUE; NASCIMENTO, 2006, p. 86).

Conhecimento é poder e a proteção do conhecimento se torna essencial ao desenvolvimento de um País, logo a importância da proteção e salvaguarda da produção científica, técnica e cultural se fazem imprescindíveis. Não é novidade que esses saberes, quando apropriados por indústrias e empresas, representam uma economia significativa em pesquisas, constituindo uma espécie de atalho para o conhecimento e, a bem da verdade, para o lucro decorrente de sua exploração comercial. Não é à toa, portanto, que o interesse e a cobiça sejam grandes e mereçam acompanhamento sistemático do Estado a fim de evitar prejuízos à indústria nacional, violações a soberania estatal, disseminação de conhecimento sensível e decorrente perda de vantagens competitivas no mercado.

Percebe-se a importância de se proteger as informações geradoras de conhecimento, que contribuirão para o desenvolvimento e autonomia do Estado, uma vez que de acordo com McGee e Prusak (1994), a informação é utilizada como matéria prima para a construção do planejamento voltado à construção da competitividade nas organizações, e, se esta postura não for adotada pela organização, arriscar-se-á a ficar em uma posição desfavorável e até mesmo ultrapassada perante seus concorrentes mais capacitados no que se refere à busca e processamento da informação.

Segundo Rezende e Abreu (2006), a informação tem inestimável valor quando é usada para conhecer situações e características das pessoas, processos, sistemas, recursos financeiros, tecnologias, entre outros. Isso pode gerar poder para quem possuir tais informações, seja pessoa física ou uma organização. Durante a vida de uma empresa são geradas, coletadas e armazenadas informações diversas, que constroem um histórico. Este histórico, em um processo sistêmico, será importante para as ações organizacionais contemporâneas e futuras.

Ainda, segundo Rezende e Abreu (2006):

“Com a crescente concorrência global, as empresas terão cada vez mais necessidade de informação, tanto do mercado, quanto a respeito dos planos e intenções de consumidores e dos competidores. A informação também propicia à empresa um profundo conhecimento de si mesma e de sua estrutura de negócios, facilitando o planejamento, a organização, a gestão e o controle dos processos”. (REZENDE e ABREU, 2006, p.109).

As informações quando voltadas para vieses sobre outros países, ou seja, ligadas às Nações estrangeiras, terão um cunho estratégico, pois conforme Platt (1974):

“A Informação Estratégica é o conhecimento referente às possibilidades, vulnerabilidades e linhas de ação prováveis das Nações Estrangeiras. Nos Estados Unidos destina-se direta ou indiretamente ao uso do Conselho de Segurança Nacional e outras agências de formulação política do Governo Federal”. (PLATT, 1974, p.31)

Dessa forma, as Informações Estratégicas devem ser protegidas, haja vista a relevância que possuem, já que a abrangência sobre os conhecimentos dos países estrangeiros poderá afetar direta ou indiretamente os interesses nacionais. Ainda, segundo Platt (1974):

“É surpreendente descobrir quantos aspectos dos países estrangeiros podem afetar direta ou indiretamente nossos interesses nacionais. Considera-se, normalmente, que a Informação Estratégica abrange oito ou dez ramos. Cada um desses ramos funda-se numa ou mais ciências naturais ou sociais. Estão relacionadas abaixo, na ordem decrescente de importância da ciência natural e, crescente da importância da influência humana na composição de cada um: 1. Informação científica, incluindo as ciências naturais e saúde, potencial científico humano, possibilidades científicas de apoio à indústria, à pesquisa e ao desenvolvimento científico (inclusive engenharia); 2. Geografia, inclusive as condições meteorológicas, clima e oceanografia; 3. Transportes, estradas, telecomunicações; 4. Informação econômica, incluindo indústria, finanças e emprego; 5. Informação militar (excluída as informações de combate); 6. Informação sociológica, incluindo população, religião, educação, tradições nacionais, índole do povo; 7. Informação política, incluindo governo, partidos políticos e política externa; e 8. Informação biográfica.” (PLATT, 1974, p. 31).

A proteção dos resultados advindos de pesquisas científicas e tecnológicas, bem como o desenvolvimento de uma cultura que valorize a salvaguarda de conhecimentos nacionais, provavelmente contribuiria para uma melhor inserção no cenário internacional. Não obstante a importância do conhecimento, sua preservação ainda é pouco disseminada nos meios acadêmico e empresarial e expõe o País a diferentes tipos de ameaças como a espionagem e o monitoramento realizado por concorrentes internacionais. (RBI, 2006).

Não se pode negar que as RI são caracterizadas por uma política voltada para a balança de poder, de forma que as nações satisfeitas defendem a manutenção de sua posição e, racionalmente, buscam conter as pretensões daqueles que, encontrando-se em ascensão, realizam políticas que desafiam a configuração do poder vigente.

Nessa linha de pensamento, os EUA buscam manterem-se como maiores desenvolvedores tecnológicos, considerando, nesse escopo, a espionagem digital, permitindo-lhes acompanhar tanto seus oponentes, como seus aliados, a fim de monitorar, identificar e antecipar possíveis desafios à sua hegemonia. Esse fato ressalta, ainda mais, a necessidade de conscientização para a uma correta proteção e utilização da CI, tanto que em maio de 2013 foram publicados na mídia os primeiros documentos secretos vazados por Edward Snowden, que trabalhou para empresas ligadas à CIA e à NSA.

O vazamento divulgou algumas das ações de vigilância e de espionagem digital realizada pelos EUA, tendo inclusive o Brasil sido um dos alvos preferenciais do serviço de inteligência norte-americano, entre a China, Espanha e Alemanha. Tal fato revelou, também, que, dentre os dados coletados por Snowden, estavam milhões de e-mails e ligações de brasileiros e estrangeiros em trânsito no País, tendo havido, ainda, não só o monitoramento de ligações telefônicas e mensagens eletrônicas do chefe do Executivo, a presidente Dilma Rousseff e seus assessores diretos, mas também a estatal Petrobras e o Ministério das Minas e Energia, que também foram alvos de espionagem (SENADO FEDERAL, 2014).

Associado a existência da espionagem, verificam-se, também, outras ameaças, que poderão dificultar as ações da CI, como despreparo das pessoas, atuação de organizações criminosas (ORCRIM), falta de investimentos e melhores mecanismos legais e institucionais, conforme observado em relatório da CPI da espionagem:

“Uma consequência da falta de cultura de inteligência no Brasil é o despreparo dos brasileiros (tanto na iniciativa privada quanto no setor público) para fazer frente a ameaças reais como a espionagem (a serviço de outros Estados ou de outras organizações), a atuação de organizações criminosas e mesmo de grupos terroristas. Com isso a vulnerabilidade do Brasil diante desse tipo de ameaça é enorme. Outra consequência é a falta de investimento no setor e a ausência de mecanismos legais e institucionais que viabilizem o trabalho do pessoal de inteligência”. (SENADO FEDERAL, 2014:88).

Em contraposição a essas ameaças, ressalta-se a importância da CI que envolve uma gama de ações as quais vão além do combate à espionagem, abordando desde Segurança Orgânica (Seg Org) a Segurança Ativa (Seg Atv). O primeiro sendo um conjunto de medidas destinadas a prevenir e obstruir as ameaças de qualquer natureza voltadas à segurança dos recursos humanos, da informação, do material e das áreas e instalações. Já o segundo, sendo um conjunto de ações desenvolvidas por especialistas, de caráter eminentemente preditivo,

destinado a detectar, identificar, avaliar, explorar e neutralizar ações hostis de espionagem, terrorismo, sabotagem e ações psicológicas, antes que ocorram.

Por meio da CI são abordados programas de classificação de segredos governamentais, armazenamento especial, regras de custódia e transmissão de documentos, restrições físicas de acesso aos prédios e arquivos para pessoas não autorizadas, investigações do pessoal empregado antes da concessão de credenciais de acesso às informações classificadas e vigilância sobre seus contatos com pessoal externo e estrangeiros, políticas e camadas de segurança eletrônica nas redes de computadores e o uso de criptografia para a preservação da segurança das comunicações (CEPIK, 2003; GONÇALVES, J.B., 2013).

Nesse sentido, a CI se mostra fundamental para a proteção do conhecimento, principalmente quanto este representar um ativo com diferencial competitivo capaz de produzir lucro, pois:

“Hoje em dia, a proteção do conhecimento adquirido impacta diretamente o desenvolvimento econômico dos países do chamado primeiro mundo, que impõem aos demais estados sanções comerciais e cobrança de royalties pelas tecnologias disponibilizadas, mantendo países soberanos sob sua dependência econômica, inibindo o seu crescimento e, tratando-os como se ex-colônias fossem”. (RBI, 2012, p. 69-70).

Macedo (2000) explica que já existe consenso internacional sobre a importância do conhecimento para a produção econômica e, mais, que o conhecimento científico é cada vez mais indispensável para fomentar a capacidade produtiva da sociedade econômica.

Atualmente, um dos grandes focos das RI e, também, do Brasil, se traduz nas relações econômicas que, por sua vez estão associadas a concorrência e a competitividade, fazendo com que governos, através de seus respectivos serviços de inteligência, em proveito de suas empresas, públicas ou privadas, valham-se da espionagem dita econômica, comprometendo a competitividade sobre importantes áreas, conforme ilustrado por Bessa (2009):

“De acordo com o Annual Report to Congresson Foreign Economic Collection and Industrial Espionage, publicado pelo National Counterintelligence Center, Os principais setores que se constituem em alvos prioritários da espionagem internacional nos EUA são: biotecnologia, aeroespacial, defesa, telecomunicações, tecnologia de computadores e pesquisas de energia”. (BESSA, 2009, p.323).

E, ainda, Bessa (2009) nos mostra que segundo dados da *American Society for Industrial Security*, coletados entre 325 companhias norte-americanas, o potencial de perdas decorrentes da espionagem econômica atinge um total de 14 bilhões de dólares por ano.

De forma geral, apesar de o Brasil estar entre as dez maiores economias do mundo e de dispor e de desenvolver tecnologias avançadas, a população, em sua grande maioria, se encontra despreparada, principalmente as que tratam de assuntos que requerem sigilo, além de não possuírem uma cultura de segurança e não acreditarem muito em espionagem, fato que facilita a ação da inteligência adversa, o que poderá trazer prejuízos, não só a empresas, mas também ao Estado Brasileiro.

“Esse prejuízo pode ser representado pela perda de contratos, empregos e mercados, como decorrência da perda ou diminuição da vantagem competitiva. É difícil, no entanto, avaliar a extensão desses prejuízos no Brasil, por diversas razões, sendo uma delas a decisão das empresas atingidas de não revelar suas perdas, por razões óbvias”. (BESSA, 2009, p.324).

Em contrapartida, visando à proteção dos conhecimentos, apresentou-se no livro *Inteligência Competitiva*, um Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento Sensível (PNPC) voltado a conscientização da necessidade de proteção do patrimônio tangível e intangível contra a ameaça da espionagem econômica, valendo-se de medidas de CI competitiva, de forma que Bessa (2009):

“Esse programa tinha por objetivos sensibilizar os segmentos público e privado do País para a seriedade do problema, ao mesmo tempo em que buscava, através de cursos e palestras de sensibilização, difundir conhecimentos básicos de como se proteger e dificultar a ação da espionagem, principalmente a econômica. [...] os temas, de forma geral, eram os seguintes: classificação apropriada, controle e proteção dos documentos sensíveis; proteção dos bancos de dados e das redes de computadores contra acesso não autorizados; identificação e destruição do lixo sensível da empresa; guarda ou arquivamento de documentos sensíveis; medidas de segurança nos locais onde são discutidos assuntos sensíveis da empresa; valor da informação ou conhecimento sensível para a empresa e seu computador, necessidade de medidas de proteção; controles sobre os empregados e sobre o acesso de visitantes a dados sigilosos, baseados no princípio da ‘necessidade de conhecer’; cuidados na utilização dos meios de comunicação (telefone, fax e computador); educação e sensibilização de segurança para todos os funcionários sobre as ameaças que a espionagem econômica traz para o emprego e para o bem-estar econômico da organização, com ênfase na responsabilidade compartilhada entre todos os funcionários para aderirem e praticarem efetivamente as medidas de segurança”. (BESSA, 2009, p.325-326).

Nesse contexto, percebe-se que conhecimento representa poder e dessa forma, pode mudar a balança de poder, o que requer especial atenção quanto a sua segurança, pois o seu vazamento ou a sua subtração poderiam fazer a diferença, seja no equilíbrio ou desequilíbrio de poder, como já ocorrido no passado. “A maior preocupação, durante a Guerra Fria, era a corrida pela supremacia nuclear entre EUA e a URSS. Enquanto os soviéticos roubavam os

segredos nucleares americanos, estes incrementavam a espionagem aérea e eletrônica.” (FREGAPANI, 2012, p.24).

5. Conclusão

Diante do exposto foi possível compreender, à luz do pensamento realista, os conceitos de poder, distinguir os elementos que constituem o poder nacional e a sua importância nas RI.

Por meio de uma retrospectiva da atuação da PEB, adotada por Barão do Rio Branco e pelos governos de alguns dos PR, que nortearam a inserção do Brasil no cenário internacional, foi possível identificar, em maior ou menor proporção, um processo de mudanças com continuidade, voltado para a busca da autonomia e do desenvolvimento nacional, assim como a presença da CI, passando ora por processos de estruturação, ora por desestruturação e que se bem utilizada poderá contribuir para uma melhor elaboração de PE.

Verificou-se, também, que a espionagem internacional é uma atividade que já ocorreu ao longo da história da humanidade e continua a acontecer, tendo servido para buscar informações que possam permitir obter a vantagem de um Estado sobre outro, podendo ocorrer de várias formas, sendo principalmente, por meio da atuação direta do homem ou deste conjugada com equipamentos tecnológicos, tendo, atualmente, como principal utilizador da espionagem os EUA.

Verificou, ainda, que a ABIN, como órgão central de inteligência do Brasil, ligada ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, já atestou que há instituições e empresas brasileiras vulneráveis às ações de espionagem, notadamente aquelas que atuam nas áreas econômico-financeira e científico-tecnológica, já tendo esta ação ocorrido no Brasil. Da mesma forma, apesar da dificuldade da obtenção de dados sobre as ações de espionagem no Brasil, provavelmente a PEB é afetada, seja no desenvolvimento socioeconômico, seja no comprometimento da soberania nacional, uma vez que essa ameaça está voltada para a obtenção de conhecimento ou dados sensíveis para beneficiar Estados, grupos de países, organização, facções, grupos de interesse, empresas ou indivíduos.

No mundo contemporâneo, a gestão dos negócios de Estado ocorre no curso de uma crescente evolução tecnológica, social e gerencial. Os atuais cenários internacional e nacional, dentre os quais adquirem preponderância aqueles relacionados a questões econômico-

comerciais e científico-tecnológico exigem um papel mais efetivo da CI sobre aspectos relacionados a sabotagem, cooptação e, principalmente, à espionagem.

As RI não se resumem ao exame de temas de convergência e a ações cooperativas. O ambiente internacional pode ser entendido, ao contrário, pela contínua competição entre os Estados, de forma que cada um busca melhorar seu respectivo posicionamento estratégico.

Por fim, diante do exposto, fica claro a importância da CI como ferramenta para contrapor a espionagem e proteger os interesses abarcados na PEB, sendo, inclusive, citada no Art. 3º do Decreto nº 4.376 de 13 de setembro de 2002, que a define como sendo “a atividade que objetiva prevenir, detectar, obstruir, e neutralizar a inteligência adversa e ações de qualquer natureza que constituam ameaça à salvaguarda de dados, informações e conhecimentos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, bem como das áreas e dos meios que os retenham ou em que transitem”, havendo, no entanto, muito provavelmente, a necessidade de uma maior conscientização por parte da população brasileira e, principalmente, dos governantes.

Referências Bibliográficas: algumas já verificadas

AGÊNCIA Brasileira de Inteligência. Relatório Anual ABIN. Brasília, 2002.

_____. Revista Brasileira de Inteligência (RBI). Brasília: Abin, v. 2, n. 3, set. 2006.

_____. Revista Brasileira de Inteligência (RBI). Brasília: Abin, n. 7, jul. 2012.

ARBILLA, José Maria. Arranjos Institucionais e Mudança conceitual nas Políticas Externas Argentina e Brasileira (1989-1994). Contexto Internacional. Rio de Janeiro, v.22, n.2, julho/dezembro de 2000.

BALUE, Isabel Gil; NASCIMENTO, Marta Sianes Oliveira. Proteção do conhecimento – uma questão de contrainteligência de Estado. Revista Brasileira de Inteligência, Brasília, v. 2, n. 3, p. 83-94, set 2006.

BESSA, Jorge. A Contra-espionagem brasileira na guerra fria. Brasília: Thesaurus, 2009. 318p.

BRASIL. Decreto nº 8.793 de 29 de junho de 2016, que dispõe sobre a Política Nacional de Inteligência nos termos estabelecidos pela Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8793.htm>. Acesso em 07 jul 2017.

_____. Decreto nº 4.376 de 13 de setembro de 2002, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência, instituído pela Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4376.htm>. Acesso em 23 ago.2017.

_____. Lei nº 9.883 de 7 de dezembro de 1999, que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9883.htm>. Acesso em 23 ago.2017.

_____. Resolução Nº 1, de 15 de julho de 2009, regulamenta o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública – SISP.

BUENO, Clodoaldo. A Política Multilateral brasileira. In. CERVO, Amado Luiz (org). O Desafio Internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias. Brasília: Editora UnB, 1994.

CEPIK, Marco. Espionagem e democracia: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

CERVO, Amado Luiz (org). O Desafio Internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias. Brasília: Editora UnB, 1994.

CERVO, Amado Luiz. BUENO, Clodoaldo. A Política Externa Brasileira: 1822 – 1985. São Paulo: Ática, 1986.

_____. História da Política Exterior do Brasil. Brasília: Ed. UNB, 2 ed. 2002.

DEUTSCH Karl W. Análise das Relações Internacionais. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília. 1978.

DIOGO, José Manuel. As grandes agências secretas: os segredos, os êxitos e os fracassos dos serviços secretos que marcaram a história. Editora Via Leitura. São Paulo, 2013. 1ª Edição.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. Todo império perecera. Brasília: Ed. Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

ESCOLA Superior de Guerra. Manual Básico. Elementos Fundamentais. Rio de Janeiro, 2014.1 v.

FONSECA Jr. Legitimidade e outras questões internacionais: política e ética entre as nações. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FREGAPANI, Gelio. Segredos da Espionagem: a influência dos serviços secretos nas decisões estratégicas. 2 ed. Ver. E amp. Brasília: Thesaurus, 2012. 264p

GARCIA, Eugênio Vargas. O Brasil e a Liga das Nações (1919 – 1926). Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Brasília: FUNAG, 2000.

GONÇALVES, Joanisval Brito. O controle da atividade de inteligência em regimes democráticos: os casos de Brasil e Canadá. 2008. 797 f. Tese (Doutorado) – Curso de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, jun. 2008.

_____. Atividade de inteligência e legislação correlata. 3. ed. Niterói, Rj: Impetus, 2013. (Inteligência, Segurança e Direito).

GONÇALVES, Williams da Silva. MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na política externa brasileira: 1964 – 1984. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.6, n.12, 1993.

HALLIDAY, Fred. Repensando as relações internacionais. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1999.

LAFER, Celso. A identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: passado, presente e futuro. São Paulo: Perspectiva, 2004.

LAMPREIA, Luiz Felipe. Cerimônia de Posse do Chanceler Luiz Felipe Lampreia. Resenha de política exterior do Brasil. Brasília, n.76, ano 21, setembro de 1995.

LIMA, Mariana Fonseca. Percepções sobre a interação entre defesa, diplomacia e inteligência no Brasil. 2012. 173 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, jul. 2012.

MACEDO, Maria Fernanda Gonçalves. Patentes, pesquisa e desenvolvimento: um manual de propriedade industrial. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

McGEE, James; PRUSAK, Laurence. Gerenciamento estratégico da informação: aumente a competitividade e eficiência de sua empresa utilizando a informação como uma ferramenta estratégica. Tradução de Astrid Beatriz de Figueiredo. Rio de Janeiro: Elsevier, 1994.

MELLO, Flávia de Campos. Regionalismo e Inserção Internacional: continuidade e transformação da política externa brasileira nos anos 90. 2000. 219 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Depto de Ciências Políticas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

MORGENTHAU, Hans J. A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz. Brasília: Universidade de Brasília, 2003. 1152 p.

MOURA, Gerson. Avanços e recuos: a política exterior de JK. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). O Brasil de JK. Rio de Janeiro: FGV, 2. ed. 2002.

NYE, J. S. The Powers to Lead. Oxford: Oxford University Press, 2008.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Política externa do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2005.

PLATT, Washington. Produção de Informações Estratégicas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. Livraria Agir Editora, 1974.

REZENDE, Denis Alcides; ABREU, Aline França. Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informação empresariais: o papel estratégico da informação e dos sistemas de informação nas empresas. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

RICUPERO, Rubens. O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Org.). Crescimento, desenvolvimento e modernização: Sessenta Anos de Política Externa. São Paulo: Cultura/USP, v.1, 1996.

SÊMOLA, Marcos. Gestão da segurança da informação: uma visão executiva. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

SENADO FEDERAL (Brasil). Senado Federal. Relatório Final da CPI da Espionagem. Brasília, DF, abr. 2014. Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=148016&tp=1>>. Acesso em 24 ago. 2014.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Política e comércio exterior. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens. A Era FHC: um balanço. São Paulo: Cultura, 2002.

SPEKTOR, Matias. Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974 – 1979). Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, n.47, 2004.

VAZ, Alcides Costa. Cooperação, integração e processo negociador: a construção do Mercosul. Brasília: IBRI, 2002.

VIANNA, Sérgio Besserman. Política Econômica Externa e Industrialização: 1946 – 1951. In: ABREU, Marcelo Paiva. et. all (org). A Ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

VIGEVANI, Tullo. Motivações da percepção brasileira da Área de Livre Comércio das Américas. XXVII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Caxambu, 21 – 25 outubro 2003. Manuscrito.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. O Nacionalismo desenvolvimentista e a política externa independente (1951 – 1964). Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, n.1, 1994.